

TESOUROS DO NCE



**QUINTA
TEMPORADA**

EDIÇÃO 2019

TESOUROS DO NCE

Conheça a série "Diversidade de Gênero, Educomunicação mediando os jogos, Educação Ambiental e Trabalho Infantil" do Caça aos Tesouros do NCE (2019)

A quinta temporada dos Tesouros do NCE foi produzida no primeiro semestre de 2019 e trouxe valiosas reflexões acerca de temas como Diversidade de Gênero, Educomunicação mediando os jogos, Educação Ambiental, Trabalho Infantil, todos atrelados aos conceitos de Educomunicação. Os enigmas que direcionaram os calouros da Licenciatura diziam respeito aos temas que permeiam diferentes realidades e foram produzidas com os materiais disponíveis no acervo do NCE.

SOBRE A NECESSIDADE DE EDUCADORES PARA A DIVERSIDADE DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR, por Odair José Moreira da Silva e Rogério Menale Sampaio

DOS JOYSTICKS À SALA DE AULA: EDUCOMUNICAÇÃO MEDIANDO OS JOGOS, por Bruno Francioni e Jennifer Zsürger

EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL, por Lilian Karen N. Souza e Tomás Gonçalves Pereira

O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL – POSSÍVEIS PERCURSOS EDUCOMUNICATIVOS PARA LIDAR COM O PROBLEMA, por Felipe Seriacopi, Flavio Lins e Laura Resende

OS POVOS INDÍGENAS, A NATUREZA INTOCADA E A DISPUTA DO IMAGINÁRIO, por Luisa Mira e Victoria Miranda

SOBRE A NECESSIDADE DE EDUCADORES PARA A DIVERSIDADE DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR

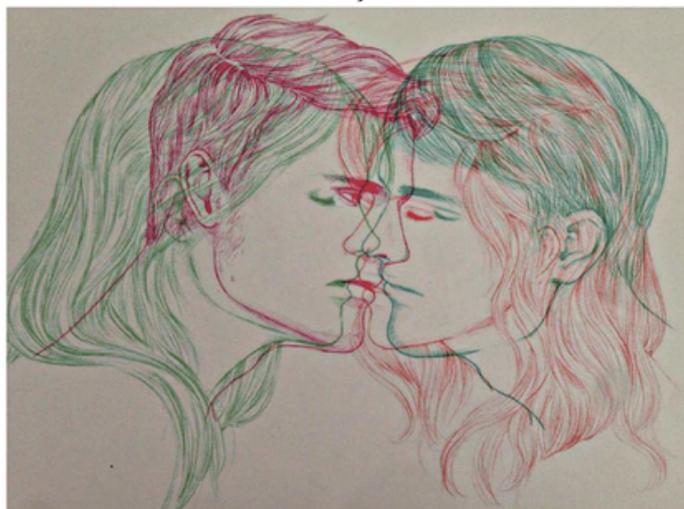


Imagem 1: jogo Caça aos Tesouros/NCE.

Odair José Moreira da Silva
Rogério Menale Sampaio

Este texto tem como objetivo expor uma breve discussão sobre os desafios postos para educadores a respeito da temática de gênero em sala de aula. Tal discussão foi motivada graças a imagem acima, escolhida durante a nossa *Caça aos Tesouros do NCE*, atividade proposta para a disciplina Atividades Teórico Práticas de Aprofundamento I. No verso da imagem, havia o seguinte enigma:

ENIGMA 5

Para ser mulher ou até mesmo homem é necessário resistir. Algumas atitudes dentro da sala de aula praticadas por EDUCADORES fazem toda a diferença na afirmação sexual de nossos jovens.

Essa questão poderia ser encontrada EVENTUALMENTE no acervo do NCE?

Do acervo, encontramos quatro materiais que, direta ou indiretamente, poderiam estar relacionados ao nosso desafio. São eles:

- *Gênero e educação*, organizado pela Coordenadoria Especial da Mulher, sob os cuidados da Secretaria Municipal da Educação do Estado de São Paulo, lançado em junho de 2003;
- *Formação de educadores: artes e técnicas, ciências políticas*, organizado por Raquel Lazzari Leite Barbosa, publicado pela Editora Unesp, em 2006;

- Peruzzo, Cícilia Maria Krohling; Almeida, Fernando Ferreira de (org). Comunicação para a cidadania. São Paulo: INTERCOM; Salvador: UNEB, 2003.
- O Homem no Espelho da Publicidade: Reflexão e refração da imagem masculina em comerciais da TV brasileira nos anos 90, uma tese de doutorado realizada por Flávia de Oliveira e apresentado na V INOVCOM - INTERCOM 2000.

1. O que é ser mulher? O que é ser homem?

Pensar a respeito do que é ser mulher ou homem é algo que muitos de nós não fazemos. Quando estamos diante do espelho, é comum percebermos nossos corpos físicos e notar que seios e vagina tendem a nos definir como mulher, e que pênis e barba nos caracterizam como homem. Essa leitura visual do gênero também ocorre entre aqueles com os quais convivemos. Com base em nossa expressão de gênero, recebemos uma determinada educação bem diferenciada, de acordo com o que a sociedade acredita ser próprio para homens e mulheres. Aos meninos, bola e caminhãozinho são dados para brincar, e ensina-se que eles devem ser física e emocionalmente estáveis. Às meninas, estão reservados o fogãozinho e a boneca, além de se esperar um comportamento emocional e delicado por parte delas. Portanto, as crianças acabam sendo levadas a se identificar com — e, conseqüentemente, a viver — os modelos de masculinidade e feminilidade presentes na sociedade. Tais valores são construções meramente sociais, segundo Nalu Faria e Miriam Nobre em *O que é ser mulher? O que é ser homem? Subsídios para uma discussão das relações de gênero*, capítulo publicado em *Gênero e Educação*.

De acordo com as autoras, práticas sociais designadas às mulheres não são só diferentes, mas também são desvalorizadas socialmente, levando-as a condições de inferioridade e subordinação à masculinidade. Espera-se que elas cuidem do lar e dos filhos, enquanto seus maridos trabalham fora de casa. Elas ainda ganham menos, têm pouca representatividade nas esferas políticas e sofrem com os altos índices de violência doméstica por parte de seus companheiros e familiares.

Flávia de Oliveira, ao observar a masculinidade em comerciais de televisão dos anos 1990, nos mostra que ainda é recorrente em nossa sociedade um discurso de que o homem deve ser forte, provedor. Entretanto, em sua análise, ela aponta uma suavização nessa construção. Em seu *corpus*, a pesquisadora aponta que a imagem do homem passou a

apresentar aspectos mais próximos daqueles que foram concebidos como ser feminino, além de ter comportamentos tipicamente masculinos criticados por meio da ironia.

É notório que a escola tem papel fundamental na transmissão e manutenção desses valores expostos pelas autoras. Michel Foucault, em sua obra *Vigiar e Punir*, defende que a partir do século XIX, a sociedade ocidental passou a ser orientada pelo viés de um regime disciplinar, que vigia e controla as pessoas por meio das instituições, sendo uma delas a escola. Nela, o corpo e a sexualidade são enquadrados dentro de normas e padrões heterossexuais dados como naturais. Com isso, podemos nos questionar: e aqueles corpos que não se enquadram nos padrões de masculinidade e feminilidade?

Os corpos **trans** (indivíduos que nascem com um determinado gênero biológico, mas que não se identificam com ele) infelizmente ocupam uma posição marginal nessa ordem social e de gênero em detrimento aos corpos **cis** (que se identificam com o gênero a eles designado no nascimento). Alanis Ramírez (2018), da Universidad Pedagógica Nacional de Colômbia, investiga o tema da transsexualidade e educação e aponta que homens e mulheres trans ainda são vistos no espaço escolar como indivíduos perigosos, doentes e incapazes, sendo constantemente violentados e vulnerabilizados. Não nos surpreende que a escola passa a ser um ambiente hostil para essa população, com altos índices de agressões físicas e psicológicas, conforme mostra Rodrigo Tavares Machado em seu trabalho *O Percurso Escolar dos Transgêneros no Brasil*¹.

Um exemplo que ajuda a esclarecer essa problemática em relação à diversidade de gênero, é a imagem a seguir, “O biscoito sexual”, que viralizou um bom tempo na internet. Seu conteúdo é muito importante e rico para o educador, o professor ou o educador principiar um debate a respeito desse tema em sala de aula, e também compartilhar a essência desse “alimento” substancioso.

¹ Disponível em: <<http://www.gradadm.ifsc.usp.br/dados/20162/SLC0631-1/transgeneros.pdf>>. Último acesso em: 15/06/2019.

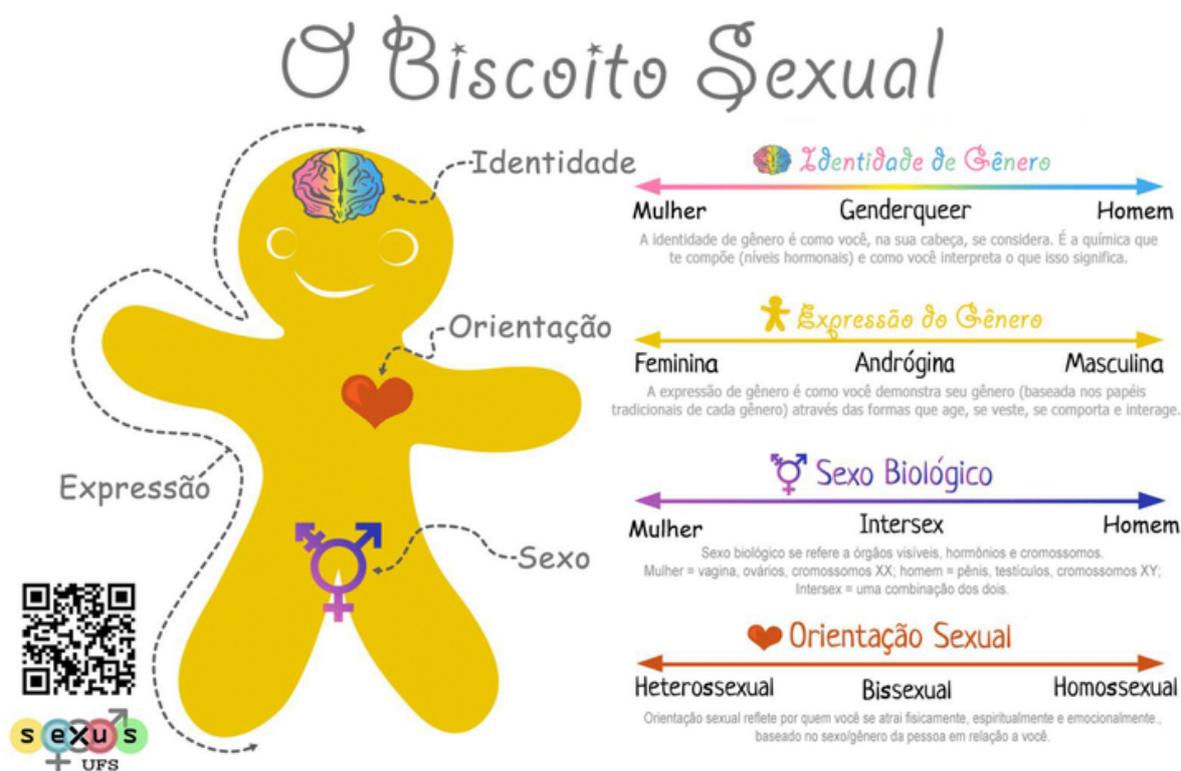


Imagem 2: O Biscoito Sexual (Reprodução/Sexu).

2. Alguns possíveis encaminhamentos para professores

Agora que expusemos as problemáticas relacionadas às relações de gênero, passaremos a discutir algumas possibilidades para auxiliar educadoras e educadores a ajudar seus alunos, cis e trans, a se desenvolver e afirmarem sua sexualidade e suas identidades de gênero. A Profa. Dra. Claudia Viana, autora do artigo *Educação e gênero: parceria necessária para a qualidade do ensino*, que compõe a obra *Gênero e Educação*, propõe que o primeiro passo está na autorreflexão das professoras e professores sobre suas práticas em sala de aula. Muitas vezes, eles reproduzem imagens e valores sociais cristalizados, que mantêm a lógica sexista. Uma vez que o gênero é sócio-historicamente construído, ele pode ser mudado por meio da reflexão.

Posteriormente, é importante que o professor promova a consideração a respeito do imaginário que seus alunos têm acerca do que é ser mulher e/ou homem. É necessário que haja um debate aberto, que quebre a hierarquização entre o feminino e o masculino, por meio

de uma reflexão de materiais diversos e questionadores — uma vez que inclusive os materiais didáticos trazem elementos sexistas, ainda que de forma sutil. Conforme é discutido no artigo *Aulas sobre "masculinidade" diminuem índices de violência contra a mulher*, publicado no site da Revista Galileu², quanto mais cedo os alunos tiverem contato com essas questões, maior será a sensibilidade por parte dos estudantes.

Um olhar mais atento deve ser reservado para alunos trans, uma vez que há a junção das problemáticas de gênero e sexualidade, implicando um processo de desconstrução do imaginário sobre essa população ainda mais cuidadoso. Ainda muito vulneráveis, os indivíduos “T” ainda têm uma batalha grande pela frente. Entre as diversas dificuldades, destacamos a utilização dos nomes sociais e o uso dos banheiros como questões que ainda precisam ser amplamente debatidas. E a escola, conforme apontamos anteriormente aqui, é um espaço que permite ações para a desconstrução do *status quo*.

3. Projetos educacionais voltados para gênero

Além da escola, outros espaços promovem ações pedagógicas que contribuem para a quebra da hierarquização de gênero. Neste trabalho trataremos de duas instituições bastante famosas. A primeira é a *Casa 1*, localizada no bairro do Bexiga, região central da cidade de São Paulo. Sua história começa em meados de 2015, quando o jornalista Iran Giusti decidiu abrir as portas de seu apartamento para abrigar pessoas que foram expulsas de casa por conta de sua orientação sexual. Por meio de divulgação em redes sociais, a ideia tomou proporções gigantescas, fazendo com que Iran procurasse um espaço no centro para continuar seu trabalho. Em 2016, inaugura-se oficialmente a “Casa 1”.

Três anos depois, o projeto expandiu-se para três espaços. O primeiro é a *República de Acolhida*, que conta atualmente com 20 vagas para acolher jovens LGBTQ+ pelo período de 3 meses. O objetivo é dar acesso para essas moradoras e moradores a conhecimentos sobre seus direitos e políticas voltadas a esse público, de modo a torná-los independentes e capazes de (re)construir suas vidas depois do período de acolhimento.

² Disponível em:

<<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/06/aulas-sobre-masculinidade-diminuem-indices-de-violencia-contra-mulher.html?fbclid=IwAR0xfR4qTiZH8Bp83pylDkirGYYuUss7ZN6x2Vq4p9ltkqJKP2gND Rd20>>. Último acesso em: 15/06/2019.



Imagem 3: Casa 1 (Reprodução/Instagram).

Além disso, esses jovens têm acesso à *Clínica Social* — que também é aberta para o público geral. Este segundo espaço atende cerca de 200 pessoas que realizam processos psicoterápicos e terapias complementares, além de outras especialidades médicas em diferentes áreas. Os profissionais são voluntários e a ação tem como objetivo oferecer acesso a um atendimento de saúde acessível e humanizado, na qual as questões da sexualidade e gênero são postas em primeiro plano.

O terceiro espaço é o *Centro Cultural Casa 1*. O espaço apresenta dois ambientes. O primeiro é composto por uma biblioteca comunitária e um espaço de acolhimento a pessoas em situação de rua. Já o *Galpão* abriga a programação cultural do projeto, que vai desde palestras informativas a cursos de formação continuada. São ofertados cursos de língua (entre eles o *English to TransForm*), modelagem e maquiagem, todos gratuitos.

O segundo projeto que levantamos foi o *Cursinho Popular TransFormação*, que tem como objetivo alcançar pessoas transexuais, travestis, transhomens e não-binários que têm o interesse de estudar, mas não possuem condições financeiras ou até mesmo espaço na rede educacional tradicional. Com aulas à noite ministradas no Centro de Referência e Defesa da Diversidade, também na região central de São Paulo, tem-se como enfoque o preparo para o exame do Enem, como uma forma de dar a esse público o acesso à universidade pública, possibilitando que os alunos aprovados tenham a possibilidade de estudar em todas as regiões do país.

No contraturno, as alunas e alunos têm acesso a atividades pedagógicas e/ou empoderadoras, como cursos de caráter profissionalizante em corte e costura, maquiagem, computação e teatro. O espaço também tem função de ser um local de convivência e

acolhimento. Festas e eventos culturais são promovidos pelas(os) estudantes, como o *TRANSarau*, que teve uma de suas edições sediadas no Sesc Belenzinho. Graças a ele, o livro “Antologia Trans — 30 poetas trans, travestis não-binários” pode ser publicado no ano de 2018.

4. Conclusões?

Não há como deixar de lado o papel do educador sobre o tema de nosso desafio. Pois o educador, enquanto um agente de percepções e, por que não, das modificações a respeito do *status quo* vigente, deve procurar saber, antes mesmo de tomar qualquer atitude, o que se pensa e se produz, atualmente, com relação à questão da diversidade de gênero para iniciar um princípio de mudança no próprio ambiente escolar. O educador, quando tratar da afirmação sexual de nossos jovens, deve sempre refletir e pesquisar um novo jeito de olhar para a situação e, a partir daí, propor caminhos que elucidem e apoiem seus alunos em tais questões emblemáticas. Por isso, há uma necessidade de educadores que compreendam, pesquisem e trabalhem com a diversidade de gêneros no espaço escolar.

Com o intuito de mostrar um possível caminho para a reflexão do educador e, por assim dizer, também do próprio educador, as propostas, as ideias e os projetos apresentados neste texto visam a deixar mais esclarecedor o papel que devemos ter diante dessa realidade cada vez mais carente de atenção e compreensão. Não é um fato isolado, e nem devemos achar que tais situações serão passageiras, compreendidas como “modismos” de pessoas que estão e se sentem indefesas consigo mesmas. Nossas ações, enquanto estudantes de Educomunicação, devem partir, desde cedo, em busca do princípio de trabalharmos para sermos educadores com a consciência de um verdadeiro pesquisador, em que pesam a pesquisa, a reflexão, o discernimento para a produção de roteiros de aula que possam dar vazão às ideias formuladas para lidar com assuntos semelhantes aos tratados aqui. E o próprio educador, ao utilizar dos recursos da própria Educomunicação, no sentido de estabelecer uma interface entre a comunicação e a educação, poderia, junto aos educadores que pensam em propor modos de abordar e com isso conscientizar a comunidade escolar sobre as questões da sexualidade e da diversidade, criar meios e métodos de ensino e aprendizagem que pudessem auxiliar toda a comunidade professoral a expor formas mais diretas e de maior abrangência para o envolvimento com tais temas, como produtos midiáticos, tais como programas de rádio, de televisão e de redes sociais. A noção de uma análise crítica da mídia, um dos pontos importantes que todo educador deve propor

como forma de “ler” os conteúdos midiáticos, é um bom primeiro passo para que o profissional da educomunicação possa oferecer como um recurso a mais para o professor engajado nas mudanças dos atuais sistemas educacionais no que tangem à diversidade sexual. Como, afinal, a mídia como um todo vê e apresenta a diversidade de gênero e como os alunos percebem isso nos diversos programas midiáticos? Daí, a importância de um diálogo esclarecedor sobre as questões da sexualidade e de sua diversidade, e como elas se manifestam em pleno século XXI. A pesquisa é necessária para o educador. É também fundamental para os futuros *educomunicadores* que venham, em algum momento de suas carreiras, lidar com os questionamentos acerca da afirmação sexual de jovens e adultos. A escola deve ser o palco inicial de tudo isso, não só direcionando saberes aos alunos, mas também convidando pais e toda a comunidade a perceberem que não há como negar o presente em que satisfação e insatisfação quanto ao gênero é um dos primeiros princípios do autoconhecimento humano.

Todos os educadores e os futuros educomunicadores devem ter em mente que a educação sexual sobre as questões de gênero e da própria diversidade sexual, como disciplina e como guia para um entendimento maior por parte de todos os alunos e das pessoas ao seu redor, necessita seguir um princípio esclarecedor, pautado por experiências sociais dos corpos e suas práticas sexuais, amparados por conceitos fundados em determinações biológicas e psicológicas, e compreendidos além deles. Não há como deixar de lado também o poder que as instituições exercem sobre as pessoas. A escola e o educador devem cada vez mais compreender que os corpos das crianças estão sempre em crescimento físico e intelectual, e que descobertas sempre serão bem vindas ou questionadas. É preciso que o futuro licenciado em Educomunicação, amparado por centros de pesquisas tais como o NCE e projetos sociais como aqueles apresentados aqui, somem conhecimento para que seu modelo de atuação seja o mais razoável, esclarecedor e incentivador possível de novos olhares, de novos modos de ver o mundo e as diversas pessoas que nele vivem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Raquel Lazzari Leite (org.). **Formação de educadores: artes e técnicas, ciências políticas**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

COORDENADORIA Especial da Mulher (org.). **Gênero e educação**. São Paulo: Secretaria Municipal da Educação do Estado de São Paulo, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MACHADO, Rodrigo Tavares. **O percurso escolar dos transgêneros no Brasil**. Relatório para a disciplina SLC0631 - Psicologia da Educação. Disponível em: <http://www.gradadm.ifsc.usp.br/dados/20162/SLC0631-1/transgeneros.pdf>. Acesso em: 15/06/2019.

OLIVEIRA, Flávia. **O homem no espelho da publicidade: reflexão e refração da imagem masculina em comerciais da TV brasileira nos anos 90**. Artigo disponível no acervo NCE.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling; ALMEIDA, Fernando Ferreira de (org). **Comunicação para a cidadania**. São Paulo: INTERCOM; Salvador: UNEB, 2003.

RAMÍREZ, Alanis Bello. Hacia una trans-pedagogía: reflexiones educativas para incomodar, sanar y construir comunidad. In **Debates Feministas**. Ano 28, vol. 55, México, 2018. Disponível em: https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1s_lAShKVh8YERfmU3l4Fa1zPm7by-cuo?fbclid=IwAR3VGaP-rw0cEbbT1DtaJ3trB6v1NbkKRu-bMYFw-RS41CD0oaB6nZFTrME. Acesso: 29/06/2019

REVISTA GALILEU. “Aulas sobre masculinidade diminuem índices de violência contra a mulher”. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2019/06/aulas-sobre-masculinidade-diminuem-indices-de-violencia-contramulher.html?fbclid=IwAR0xfR4qTiZH8Bp83py1DkirGYYuUs7ZN6x2Vq4p9ltk1qkJKP2gNDRd20>. Acesso em: 15/06/2019.

DOS JOYSTICKS À SALA DE AULA: EDUCOMUNICAÇÃO MEDIANDO OS JOGOS

Por Bruno Francioni e Jennifer Zsürger



Enigma: Os jogos sempre trouxeram uma característica de aprimorar e estimular estratégias, principalmente no imaginário infantil. Mas a linguagem agressiva e com teor de violência sempre foi presente nos games.

Como utilizar os arquivos do NCE e o paradigma da educomunicação em tal situação vigente?

Na era digital, em que o bombardeamento de imagens e inovações tecnológicas invade o dia a dia das pessoas, as crianças e adolescentes, também, sofrem com os efeitos dessa realidade em constante mudança. Ao ligar a televisão ou conferir manchetes de jornais, um dos destaques está relacionado à violência e seus efeitos. No entanto, ela não está presente somente nos relatos noticiosos do cotidiano das grandes cidades, mas também na produção cultural. Jogos de videogame, filmes e séries também reúnem relatos violentos, os quais, muitas vezes, geram altos índices de audiência e adesão.

Um marco recente relacionados à influência da violência no comportamento humano foi o ataque de dois adolescentes a um colégio em Suzano, no interior de São Paulo em março deste ano, que deixou dez mortos e onze feridos.

Em meio às declarações de pêsames e solidariedade que tomaram conta da internet nesta quarta-feira, 13, o vice-presidente Hamilton Mourão afirmou que “os jovens de hoje em dia estão muito viciados em jogos violentos”. Essa é uma simplificação do que está ocorrendo nos dias de hoje e traz uma reflexão acerca do assunto.

Segundo Velasco as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) têm um papel central na sociedade atual e surgem como parte do processo comunicativo. A abordagem da violência nos meios de comunicação produz uma série de conceitos subjetivos, influenciando decisões e opiniões.

A definição de violência, seus tipos e graus está em constante mudança, é um conceito específico, que a caracteriza totalmente, ainda não foi atribuído. Uma das segmentações dela é a violência escolar, objeto de estudo e análise de diversos pesquisadores, principalmente a partir da observação crítica dessa temática na mídia.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), considera-se como violência o uso da força como poder, real ou ameaçado, contra si próprio ou outra pessoa ou grupo, que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico ou desenvolvimento de privação (2002).

Ainda que as abordagens de violência influenciem na subjetividade do sujeito é importante olhar com cautela para jogos ditos violentos e assumem que são responsáveis pela ação dos jovens. O videogame da moda, Fortnite¹, é um jogo que a princípio poderia causar terror em quem o vê, entretanto é visto como um aliado em desenvolver estratégias de comunicação em grupo, além de atenção e responsabilidade compartilhada. Utilizar-se de jogos pode complementar o estudo formal, na medida em que a educação se dá ao longo de toda a vida, na família e na escola, assim como nos espaços mais independentes e próprios da vida social e cotidiana.

Qual o papel da imagem?

A imagem pode ser entendida como um recorte da realidade. Desenvolver uma leitura crítica do que é veiculado e consumido pelo público, especialmente crianças e jovens é de suma importância para se identificar a funcionalidade e relação com o contexto no qual o indivíduo está inserido.

Uma das áreas do conhecimento que emerge para auxiliar nesse processo é a Educomunicação, a qual se debruça em desenvolver o senso e habilidade crítica no indivíduo através de reflexões, debates e questionamentos.

¹ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/15/tecnologia/1555317462_360282.html>

As novas mídias descentralizaram a educação e tiraram da escola e da família o status de instância socializadora primária e detentora de todo o saber. Não podemos afirmar que o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação, principalmente da internet, tornou irrestrito o acesso de todos à informação e à cultura, porém, podemos dizer que quebrou barreiras e ampliou o processo.

É nesse cenário que a Educomunicação pretende atuar. No momento em que, diante de todas as possibilidades educativas e de entretenimento que os alunos têm fora da sala de aula e que tornam a escola ainda mais desinteressante, a inserção de produtos midiáticos no ambiente escolar pode ser uma forma de estimular crianças e jovens a restabelecer o vínculo de interesse perdido com a educação formal.

A Educomunicação é feita através das práticas sociais, que resultam em iniciativas fundamentais para refletir o assunto e pensar em soluções. Espaços culturais e educativos proporcionam momentos de mediação de discursos e trocas de conhecimento que podem enriquecer o diálogo entre os indivíduos e a reflexão sobre o mundo. O educador, nesse processo, desempenha o papel de analisar os conteúdos produzidos para a infância e debater suas problemáticas, inclusive a incitação à violência, para assim, atuar no auxílio e produção de novos jogos e conteúdos educativos. A relevância disso se dá por que, de acordo com Souza, contemporaneamente, parece haver um rompimento dos padrões de infantilização, capacitando a criança a uma espécie de agente de transformação social participativo da vida adulta, o que a torna cada vez mais indiferenciada: ela decide, opina e conhece praticamente todos os assuntos do cotidiano.

Referências Bibliográficas

Sousa, J. (2010). A Dona da Brincadeira: televisão e brinquedos na produção cultural da infância contemporânea. *Comunicação & Educação*, 15(1), 55-61. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v15i1p55-61>

Velasco, M. T. Aprendizagens na era digital: dentro e fora da escola *Comunicação & Educação*, 20(1), 63-70

EDUCOMUNICAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Por Lilian Karen N. Souza e Tomás Gonçalves Pereira



Enigma: “Com a exploração descontrolada do capital, a natureza está sendo destruída em âmbito mundial”.

É preciso frear essa exploração, promovendo a educação ambiental. “A temática do meio ambiente sempre esteve na pauta no NCE.”

No capitalismo, para medirmos a riqueza e a importância de uma empresa em âmbitos mundiais, olhamos para o seu lucro. O mesmo serve para os países, quanto maior for o seu PIB, maior será sua importância mundialmente.

Ambos, o lucro de uma empresa ou aumento do PIB de um país, estão sempre ligados de maneira direta ou indireta a exploração do meio ambiente. Como o enigma nos mostrou, devido a exploração descontrolada do capital, a natureza está sendo destruída em âmbito mundial, como forma de conter isso, é necessária uma educação ambiental.

O Capitalismo é um sistema econômico que visa o lucro e acumulação de riquezas por meio da venda de serviços, bens de consumo e várias transações no mercado financeiro que permitem o acúmulo de capital.

Para medirmos a riqueza de uma empresa, olhamos para o seu lucro, quanto maior ele for, mais valiosa ela é para o mercado. A mesma comparação serve para os países, quanto maior for o seu PIB (produto interno bruto), mais rico o país é, e maior é a sua importância na economia mundial.

O PIB mede a criação de riqueza de um país, quanto esse criou de riquezas num determinado período de tempo. No Brasil, três setores são importantes para o crescimento do Produto Interno Bruto: Serviços, Indústrias e Agronegócio. A respeito deste último, ele foi o grande impulsionador do crescimento do PIB em 2017, sem o agronegócio, o PIB cresceria apenas 0,3%, com ele, o crescimento foi a 1%.

O agronegócio, também conhecido como agrobusiness no mercado internacional, é um sistema que envolve várias estruturas produtivas que estão integradas entre si, entre elas estão: empresas agrícolas, pecuária, fabricantes de fertilizantes, empresas de laticínios, atacadista, distribuidores e etc. O Brasil é um dos destaques mundiais no agronegócio devido a sua abundância de água, tecnologia de ponta, luminosidade, clima favorável e solo. Como já foi citado, o agronegócio é um dos grandes impulsionadores do PIB brasileiro, porém isso tem acarretado problemas socioambientais tais como o desmatamento. Para abrir espaço para áreas de pastagem e cultivo, boa parte da Mata

Atlântica, Cerrado já foram destruídos, além disso, o desmatamento da Floresta Amazônica ocorre de maneira acelerada a cada ano.

Devido ao desmatamento, outro problema ocorre: a perda da biodiversidade, pois muitas espécies da fauna e da flora entram em extinção, pois não conseguem garantir a sua sobrevivência nas pequenas reservas que restam de seu ecossistema. Além desses problemas, temos ainda a degradação do solo e o esgotamento dos mananciais.

A tendência desse cenário é piorar, pois o agronegócio tende a expandir-se por dois motivos: o primeiro deles é o potencial de expansão dessa cadeia em terras brasileiras devidas às condições naturais do país. O segundo seria a importância dele para o PIB brasileiro, pois como já foi dito, em 2017 o PIB brasileiro seria bem menor se não fosse o agronegócio. O PIB brasileiro é um dos maiores do mundo, no entanto, isso só é possível por meio de uma agressão demasiada do meio ambiente. Veiga, José (2007)

“ (...) não existe maneira mais fácil de aumentar o PIB do que abusar da depleção de recursos humanos e naturais. Com superexploração do trabalho e/ou da natureza, ele só aumenta, ao mesmo tempo que diminuem as riquezas verdadeiras. Foi o que aconteceu, por exemplo, no Brasil do famoso “milagre econômico” (1968-1973), campeão de acidentes de trabalho, mortalidade infantil e devastação transamazônica.”

Portanto, se nada for feito, a degradação do meio ambiente tende a ser cada vez maior. Um das possibilidades de frear essa exploração exacerbada, é visibilizar a educação ambiental através da Educomunicação.

A Educomunicação é um campo teórico-prático que propõe uma intervenção a partir de algumas linhas básicas como: educação para a mídia; uso das mídias na educação; produção de conteúdos educativos

etc. Ela, segundo o professor Claudemir Viana, entende que é preciso educar para novas práticas comunicacionais, não só porque a comunicação é um direito de todo sujeito, indivíduo ou sujeito social, mas também é possível educar para práticas comunicativas que são mais respeitadas, plurais e conscientes e que explorem, portanto, o poder que a comunicação tem de ação – de ação social, cultural, educativa e política”

Como forma de trabalhar as questões ambientais na escola, tendo o aluno como produtor desse trabalho cito como exemplo “Vídeo educação ambiental versão final ” realizado por duas alunas do 2 ° ano do ensino médio do colégio SÃO FRANCISCO DA CRUZ, CEARÁ, que visa trabalhar a sensibilidade dos estudantes para a questão ambiental, pois há um conflito ambiental pautado na super exploração do meio ambiente aliada a pouca sensibilidade ambiente, trazendo como consequências o risco da manutenção da vida como um todo.
https://www.youtube.com/watch?v=kvtwH_Hgr6w

Portanto, como mostrado no enigma no início do texto, devido a exploração atenuada do capital, a natureza vem sendo destruída em âmbito mundial. Como forma de frear isso, propomos o uso da Educomunicação pelos alunos como uma ferramenta para disseminar o conhecimento sobre as consequências das ações do homem sobre a natureza, que o seu uso de forma excedida pode provocar alterações irreversíveis ao ecossistema do planeta. A Educomunicação além de ajudar a disseminar o conhecimento, coloca o aluno como autor do material a ser divulgado, como foi o caso do vídeo acima produzido por estudantes da escola SÃO FRANCISCO DA CRUZ, no Ceará.

Logo, a Educomunicação é uma importante aliada para conscientizar as pessoas sobre as consequências que o uso desenfreado da natureza pode causar para todo o planeta, ela é um importante meio para promover a educação ambiental.



Figura 1: Enigma 6

Lidar com o cotidiano tão violento

Antes mesmo de ter os seus direitos garantidos

Possibilita que toda e qualquer

Infância seja

Contaminada e possivelmente destruída.

Sabendo disso, o que podemos achar nos arquivos do NCE que relacione essas questões?

O Trabalho Infantil no Brasil – possíveis percursos educacionais para lidar com o problema

Por Felipe Seriacopi, Flavio Lins e Laura Resende

A infância tem se tornado cada vez mais difícil. Atualmente, pouco se vê crianças brincando na rua, jogando bola, andando de bicicleta. O desenvolvimento urbano acelerado foi um dos responsáveis pelo fim de tudo isso. Aliás,

“desenvolvimento” esse que fomentou também as desigualdades sociais, as quais continuam a crescer disparadamente, obrigando crianças a entrarem em um mercado de trabalho ilegal, responsável por tantas violências contra os pequeninos, seja ela física, psicológica ou até mesmo sexual.

O trabalho infantil sustentado por um discurso dominante e meritocrático não ajuda ninguém. Pelo contrário, rouba a infância de milhares de crianças e faz com que elas se tornem adultos cheio de problemas. É uma das piores violências que se pode cometer contra um ser em formação, ainda pouco conhecedor dos seus direitos.

Mas afinal, o que é o trabalho infantil? Conforme a série Mídia e Mobilização Social – vol. 6 “Crianças Invisíveis: O enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração” (2003, p. 25) “a noção de Trabalho Infantil deve-se aplicar a menores de 15 anos de idade que trabalham ou se empregam com o objetivo de ganhar o próprio sustento e de suas famílias.”

É necessário, nesse sentido, entender que em uma sociedade desigual, como a brasileira, existem várias visões de infância e adolescência (RIZZINI; IRENE. FONSECA; CLAUDIA, 2003). Por isso, vemos que muitos pais desconsideram totalmente a importância da educação, mesmo a básica e nem sequer matriculam os seus filhos nas escolas, incentivando-os a trabalharem desde cedo.

Muitas vezes, famílias e empregadores tendem a utilizar o termo, “ajudar” em seus discursos. “Ajudar” em casa, no sustento familiar etc. O que deve ser analisado é até onde vai esse “ajudar”? Segundo a [OIT](#)¹, (2003, p. 25) “quando a atividade da criança é parte real do processo de socialização e constitui um meio de transmissão de conhecimentos e experiências de geração para geração, faz pouco sentido falar em Trabalho Infantil.”

Contudo, na maioria das vezes, o que está por trás de crianças exploradas são atividades bem mais complexas, como, por exemplo, a mendigagem: crianças pedindo

¹ “Fundada em 1919 com o objetivo de promover a justiça social, e ganhadora do Prêmio Nobel da Paz em 1969, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a única agência das Nações Unidas que tem estrutura tripartite, na qual representantes de governos, de organizações de empregadores e de trabalhadores de 183 Estados-membros participam em situação de igualdade das diversas instâncias da Organização.”(Organização Internacional do Trabalho, 2019).

um trocado nos faróis, vendendo doces nas ruas, trabalhando nos lixões em condições inapropriadas, cortando cana, nas carvoarias, nas casas como domésticas etc.

Pesquisas realizadas pela OIT (2003, p. 85) em Belo Horizonte, Belém e Recife apresentam alguns depoimentos de crianças vítimas do trabalho infantil, apontando, dessa forma, algumas consequências desse fenômeno, “...as meninas reclamam da monotonia do trabalho e do desgaste físico. Cerca de 70% delas relataram algum tipo de violência psicológica, com uso de termos pejorativos e ameaças”.

Além disso, parte significativa das crianças e adolescentes envolvidas com esses tipos de trabalhos já tiveram algum acidente e apresentaram algum sintoma físico e/ou psicológico relacionado à atividade. Ademais, ainda é possível citar a evasão e repetência escolar, o abuso sexual, a manutenção do ciclo de pobreza e inúmeros outros fatores como consequência do tão degradante trabalho infantil.

Há ainda outras questões pouco discutidas acerca do trabalho infantil. Aspectos relativos à raça, gênero e classe social estão, com toda certeza, associados a esse problema. Segundo Vanda Sá Barreto, em seu artigo “Raça e Gênero no Trabalho Doméstico de Crianças e Adolescentes” (2003, p. 77)

O trabalho doméstico no Brasil é seguramente o lugar mais específico de exclusão social e do preconceito. Além disso, é nele que são construídas inúmeras maneiras ideológicas de mascaramento de exploração de meninos e meninas, tais como a naturalização desse trabalho para garotas, reforçando os papéis ditos femininos, e a postura de que é melhor criança trabalhar do que estar na rua.

Assim, é possível visualizar como tais paradigmas reforçam o imaginário sobre a pobreza, enquadrando-se como exemplos de discriminação racial e de gênero.

No que concerne a relação entre trabalho infantil e escola, por sua vez, é perceptível a entrada precoce das crianças de pais pobres e pouco escolarizados no mercado de trabalho e desistência da vida escolar (RIZZINI; IRENE. FONSECA; CLAUDIA, 2003). Por isso, a escola deve ser uma aliada da criança na luta contra o trabalho infantil e demais violências, sendo fundamental que ela seja atrativa, entendendo a questão de maneira estrutural e evitando o reforço dessas danosas

encontrar endereços e telefones úteis sobre o assunto.



Figura 1: quadrinho “Turma da Mônica: Trabalho infantil, nem de brincadeira!”

Disponível em: <<http://turmadamonica.uol.com.br/trabalho infantil/>>

Fonte: Turma da Mônica UOL

Outro exemplo de obra que também contribui para passar uma mensagem, tanto aos pais quanto às crianças, é a música do Arnaldo Antunes com Paulo Tatit, cantada pelo grupo Palavra Cantada, “[Criança não Trabalha](#)”. Além do nome da música já deixar explícito a ideia que querem transmitir, a letra reforça as inúmeras atividades que os pequenos podem e devem realizar; tais atividades vão desde brincadeiras mais antigas, como jogar peão, até outras que continuam contemporâneas, como andar de skate. Ainda vale ressaltar o refrão da música: “Criança não trabalha, criança dá trabalho”, evidenciando que elas devem ter uma infância digna, e isso é poder se divertir sem ter que se preocupar com atividades destinadas às pessoas mais velhas, no caso o trabalho.

As produções midiáticas educacionais, sejam elas de movimentos, escolas, ONG’s, por vezes, até de grandes canais, conseguem atingir muitas pessoas. Ao trazer para o debate questões como a do trabalho infantil, a educação consegue fazer com que o problema seja visto e, conseqüentemente, debatido, visando a sua superação.

REFERÊNCIAS

Crianças Invisíveis: O enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração. Série Mídia e Mobilização Social. Organização Internacional do Trabalho - São Paulo, SP: 2003.

O Cotidiano Infantil Violento: Marginalidade e Exclusão Social. Elza Dias Pacheco, (organizadora). - Lápice: L’Editora: Fapesp, São Paulo, SP: 2007.

hierarquias. Só assim, a escola conseguirá ser um personagem central no enfrentamento dessas violências.

A mídia também pode e deve contribuir nessa luta. Através da educomunicação, a escola e a mídia apresentam grande potencialidade nessa batalha, uma vez que, por meio da transdisciplinaridade, a educomunicação constrói conhecimento crítico e criativo para a cidadania e a solidariedade. (SOARES; ISMAR, 2011).

A escola pode adotar práticas educacionais em seu cotidiano para tornar-se mais atrativa. A produção de rádio, jornal, revistas, abordando temas relativos a essas questões, permitem que os pequeninos entendam melhor a complexidade do assunto.

Já a mídia, pode ajudar a desconstruir certas legitimações dadas ao trabalho infantil pela sociedade. Além disso, é essencial que estejam atentos a abordagem das questões de gênero, raça e classe social. Fomentar espaços de escuta para entidades que trabalham com essas questões, como o movimento de mulheres e de negros e negras, é uma das medidas de grande importância. (RIZZINI; IRENE. FONSECA; CLAUDIA, 2003).

A fim de ilustrar isso, identificamos algumas produções educacionais midiáticas, que iremos abordar brevemente aqui. Em 1994, foi produzido o filme “[Profissão Criança](#)”, de Sandra Werneck, a produção conta o cotidiano difícil de 4 crianças que são exploradas, tanto no campo quanto na cidade. O filme é também um apelo pelos direitos dessas e de muitas outras crianças. Na época, foi responsável por consolidar informações sobre o trabalho infantil e relatar informações ainda desconhecidas, o que contribuiu para ampliar a visibilidade do tema na mídia. (Mídia e Mobilização Social – vol. 6 “Crianças Invisíveis: O enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração, 2003).

O cartunista Mauricio de Sousa também fez a sua contribuição. Com quadrinhos abordando o tema de forma sensível e divertida, ideal para crianças, as tirinhas de Mauricio reforçam o direito da criança de brincar e estudar. A HQ chamada “[Trabalho infantil, nem de brincadeira](#)”, ainda fala sobre o “ajudar” em casa, salutarmente, sem que isso comprometa o desenvolvimento dos pequenos. No final desta edição é possível

Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento. Adilson Odair Citelli, Maria Cristina Castilho Costa (organizadores). - São Paulo: Paulinas, 2011. (Coleção educomunicação).

UOL. Universo Online

Sousa, Mauricio. **Trabalho infantil, nem de brincadeira!** Disponível em: <<http://turmadamonica.uol.com.br/trabalhoinfantil/>>. Acesso em: 19 jun. 2019.

Youtube

Werneck, Sandra. **Profissão Criança**. 2003. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TL-zsO9T1sM>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

Palavra Cantada | **Criança não Trabalha**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=lgDOXkKSobM>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

Organização Internacional do Trabalho.

Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/oit/>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

*Estudantes do curso de Licenciatura em Educomunicação ECA-USP

Grupo - Guerrilheiras do Amanhã

Andrew Urbano, Felipe Seriacopi, Flávio Lins, Isabela Ferreira, Laura Resende, Luis Felipe Scala, Victor Hugo Pereira.

DESAFIO II – CACA AO TESOURO NO NCE

A educação indígena no Mato Grosso

As populações indígenas vivem novas realidades em suas aldeias. No interior do Brasil as diversas etnias experimentam possibilidades tecnológicas e culturais apoiadas pela escola indígena e por projetos sociais.



Foto: Sérgio Vale/Secom

O Brasil é o país com a maior diversidade cultural e linguística na América do Sul. Existem cerca de 181 línguas indígenas que identificam mais de 216 povos etnicamente diferentes. Cerca de 140 das línguas indígenas brasileiras se concentram na Amazônia Legal, 45 delas faladas apenas no Estado do Mato Grosso.

A Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT) possui com uma Faculdade Indígena Intercultural que apoia os índios em busca do empoderamento proporcionado pelo conhecimento.

A UNEMAT desenvolve projetos importantes com cursos de formação tanto de licenciatura quanto de bacharelado para estudantes indígenas, como também um projeto de informática.

Comentado [1]: Olá, amigs. Como vão? O texto está bem escrito e super informativo. No entanto, há um problema: a organização dos tópicos. Não sei se estavam na apresentação que fiz na aula do Claudemir. O objetivo é fazer circular o texto no blog do NCE e nas redes sociais. Por isso, devemos partir da premissa: não trata-se de um texto voltado aos leitores da disciplina AACC I ou ao professor Claudemir, mas sim lidando com um público amplo e plural. Por que fazer isso? Porque os primeiros parágrafos do texto não estão sintonizados com o tema geral "A educação indígena". Lembrem-se: nas redes sociais, você tem poucos segundos para conquistar a atenção do leitor. Quando vocês começam narrando sobre a atividade de Caça aos Tesouros, vocês deixam de "entrar diretamente no assunto" - um dos aspectos fundamentais na linguagem digital. Ou seja, se você quiser transferir os parágrafos iniciais (que tratam de descrever como é feita a atividade) para outro texto. Com isso, vocês iniciam claramente o que a Educação Indígena tem a ver com Comunicação e Educação. Temos acordo?

Comentado [2]: Ola, Dodô. Sim, estava na sua apresentação na aula do Claudemir. A partir da sua apresentação e após, visualizei alguns exemplos de caça ao tesouro publicados no blog do NCE, fiquei na dúvida de como iniciar o texto. Algumas publicações inicialmente explicavam o que são tesouros, pensei que seria a melhor forma para apresentar essa publicação. Faz muito mais sentido iniciar o texto diretamente com o tema para que assim o público dinâmico presente nas redes sociais possa se interessar. Mudei a explicação sobre a atividade para o final do texto, ainda não entendi se ela seria realmente interessante para estar neste texto, ou não... mas descrevi e acho que é interessante manter pois mantém uma semelhança com os textos já publicados que encontrei no blog do NCE. Abssss e muuuito obrigada por tudo! _/_

Comentado [3]: ficou confuso aqui, não?

Nestes projetos, os índios em sua maioria são bilíngues, o que é importante para que eles possam manter a gestão de seus próprios projetos.



Foto: *Mayke Toscano/ GEMT* (14/11/2013)

Nas aldeias é ensinada a língua materna às crianças, preservando sua identidade cultural. A língua portuguesa é presente em muitos povos para que haja comunicação entre as partes e exposição de vontades e direitos das etnias, frente aos diversos agentes: representantes do governos, pesquisadores, entre outros.

Cada povo indígena vive uma cultura própria, com uma língua específica, costumes, estrutura política, organização militar, cosmovisão, religião. Historicamente, devido as tomadas de posse de terra, por parte dos colonizadores espanhóis e portugueses, que não respeitaram a organização política indígena, acabaram por sufocá-la a ponto de esta praticamente desaparecer na nova estrutura de governo implementada pelos “novos donos de terra”.

Os estudos antropológicos demonstram que a cada povo indígena corresponde uma língua. A língua, por sua vez, expressa diversidade de pensamento, de filosofia de vida, de costumes, de organização social, de estrutura educativa, religião. Para se falar corretamente de índios, é necessário situar o índio num povo determinado. Não existe o índio genérico. Existe, sim, o nambikwára, o Xavante, o Bororo. Cada tribo existe por si e é diferente de qualquer outra.” - João Carlos Vicente

Ferreira em "Mato Grosso e seus Municípios. (FERREIRA, 2001, p148.)

O Projeto Tucum - Programa de Formação de Professores Indígenas para o Magistério, teve início no ano de 1996 e terminou em 2001. Foi um projeto que tratou com o devido respeito a diversidade social dos povos indígenas que ocupam a região territorial do Mato Grosso. Tratou-se do maior programa de educação escolar indígena no continente americano. Foi realizado com a parceria de 17 municípios, a FUNAI e ONGs como o Conselho Indígena Missionário, Operação Anchieta Nativa entre outras. Foi realizado com recursos do Banco Mundial, através do Programa de Desenvolvimento Agroambiental (PRODEAGRO). O Projeto Tucum atendeu 200 professores indígenas que atuavam diariamente com um universo de 4.500 alunos.

Ao concluir o Projeto Tucum, os participantes produziram um Trabalho Final em que apresentaram os resultados de suas pesquisas individuais. O livro "*Sócio-Diversidade Indígena: Ensaio de Educação Escolar no Projeto Tucum*" reúne alguns textos produzidos por autores indígenas, professores formados pelo Projeto Tucum que atuam nas escolas de suas aldeias. Os trabalhos foram organizados a partir dos temas: Mitos, Ritos e Arte; Terra e História; Ecologia e Saúde.

Nos anos 80, o termo *Educommunication* era designado pela UNESCO como sinônimo de *Media Education*, designando o esforço do campo educativo em relação aos efeitos dos meios de comunicação na formação. A Educomunicação, entre 1997 e 1999, surge a partir de pesquisas feitas pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP), ressignificando o termo, que passou a designar o conjunto das ações que produzem o efeito de articular sujeitos sociais no espaço da interface comunicação/educação.

A partir de 1999, com pesquisas realizadas pelo NCE/USP foi concluído que a inter-relação entre a educação e a comunicação já acontecia e possuía uma "densidade própria" que se afirmava como um "campo de prática ou 'intervenção social' com grande potencial transformador" (SOARES, 1999). A exemplo disso, o Projeto Tucum que surgiu em 1996 - um ano antes do surgimento dos estudos feitos pelo NCE/USP - possuía em sua formação abordagens educacionais comunicativas.

Os cursos do Projeto Tucum eram vinculados à UNEMAT, a qual era responsável por firmar parcerias com outras instituições de ensino superior. Tendo como objetivo principal propiciar a discussão e elaboração da proposta de escola em cada aldeia a partir da formação de professores pesquisadores com a capacidade de questionar e sistematizar conhecimentos, valores, habilidades, atitudes e valores históricos. Com um currículo focado na contribuição para a formação integral do participante como membro de seu grupo social e cultural, o Projeto Tucum seguia três eixos norteadores: Terra, Língua e Cultura.

Possuía como perspectiva a autonomia de seus integrantes para organizar seus próprios conhecimentos culturais, além de enfrentar os novos desafios advindos do convívio intersocietário. Os cursos elaborados tinham como pressupostos a afirmação ética, a valorização dos costumes, língua e tradição de cada povo.

Buscava também respostas para os problemas e expectativas das comunidades, compreendendo os processos históricos em que as comunidades indígenas e outras formas de sociedade estão mergulhadas. Para isso, a proposta era o estudo e a utilização das línguas indígenas no trabalho docente e em projetos relevantes para a vida prática e para o futuro de cada povo.



Foto: **Chico Valdiner/ GEMT** (30/12/2013)

Barra do Bugres- MT, 30/12/2013- O Instituto de Desenvolvimento Humano de Mato Grosso (IDH-MT), certificou em Barra do Bugres, 65 índios nos cursos de Espanhol e Atendimento ao Público, nas modalidades masculino e feminino, os beneficiados são das aldeias Imutina e Bacalana.



Foto: *Onofre Brito/ Secom* (20/01/2014)

Rio Branco- AC, 20/01/2014- Formatura da primeira turma de professores indígenas em nível superior no Acre.

Com esse projeto, o ensino superior indígena deixou de ser apenas uma reivindicação, passando a ter um status de política pública no Mato Grosso, sendo considerada uma demanda específica de caráter permanente.

O Projeto Tucum se caracteriza como uma ação Educomunicativa pois, como Ismar de Oliveira Soares afirma em *“Educomunicação - O conceito, o profissional, a aplicação - contribuições para a reforma do Ensino Médio”*

A educomunicação, como uma maneira própria de relacionamento, faz sua opção pela construção de modalidades abertas e criativas de relacionamento, contribuindo, dessa maneira, para que as normas que regem o convívio passem a reconhecer a legitimidade do diálogo como metodologia de ensino, aprendizagem e convivência. (SOARES, 2011, p.45)

A valorização da pessoa indígena, o respeito à posição do indivíduo, e por outro lado, a abertura para o Outro, para o diálogo, para a capacidade de contextualizar problemas e encontrar soluções de interesse coletivo, tornam o projeto uma forma exclusiva e inédita de formação educacional do indígena.

A educomunicação posiciona-se de forma crítica, ante o individualismo, a manipulação e a competição. A cidadania vencendo a ditadura de mercado [...] transformando as oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias em instrumentos de solidariedade e crescimento coletivo. (SOARES, 2011, p.95).

O Projeto Tucum ofereceu à comunidade indígena uma oportunidade real para a criação de um ambiente em que houvesse uma revisão e uma mudança total das relações de comunicação nas regiões - uma educação escolar indígena aberta, democrática e não excludente. Estes são pontos de partida para que aconteçam novas relações interculturais pautadas pelo respeito aos Povos Indígenas e a seus diversos projetos e modo de viver.

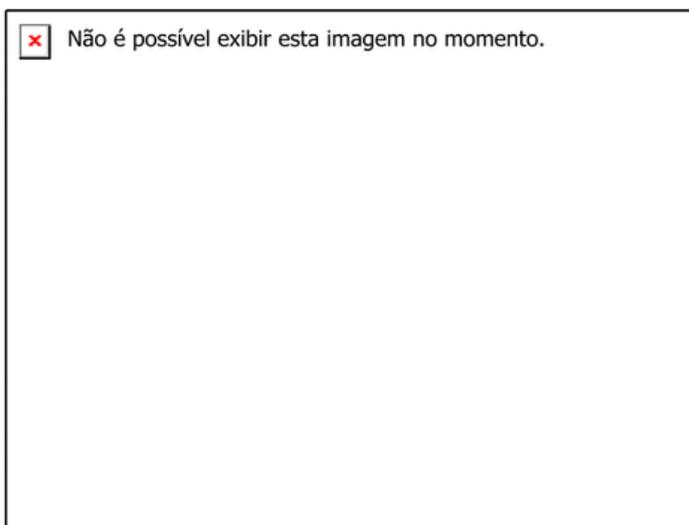
Sobre a atividade Caça ao tesouro no NCE

Tesouros encontrados no NCE:

1) LIVRO - *Sócio-Diversidade Indígena: Ensaios de Educação Escolar no Projeto Tucum*

2) LIVRO - *Mato Grosso e seus Municípios - João Vicente Ferreira*

A atividade "Caça aos Tesouros do NCE" proposta pela disciplina AACC I, se iniciou com o sorteio do tema. Um dos participantes do grupo esteve no NCE e obteve como tema do desafio:



A proposta de visitar o NCE em busca de “tesouros” trouxe a oportunidade de conhecer diversos materiais relevantes para inúmeros assuntos. Porém, como não há um sistema digital de busca e pelo fato de o acervo ser bastante extenso, houve certa dificuldade em encontrar materiais relacionados ao tema sorteado.

O sorteio do tema do desafio aconteceu no NCE no dia do “Caça ao Tesouro”, o que propiciou que a busca por materiais não tivesse um viés preestabelecido no que se refere aos caminhos a se seguir e aos materiais escolhidos de acordo com o tema.

REFERÊNCIAS

ZORTHÊA, Kátia Silene; MENDONÇA, Terezinha Furtado. *Sócio-Diversidade Indígena: Ensaio de Educação Escolar no Projeto Tucum*. Brasil, 2003. 245 p.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Mato Grosso e seus Municípios*. Cuiabá: Buriti, 2001. 660 p.

MORI, Angel Corbera. *Os Desafios da Pesquisa em Línguas Indígenas no Brasil*. CELCAMIL/UNICAMP.

SOARES, Ismar de Oliveira. *Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio*. São Paulo: Paulinas, 2011. 101 p.